

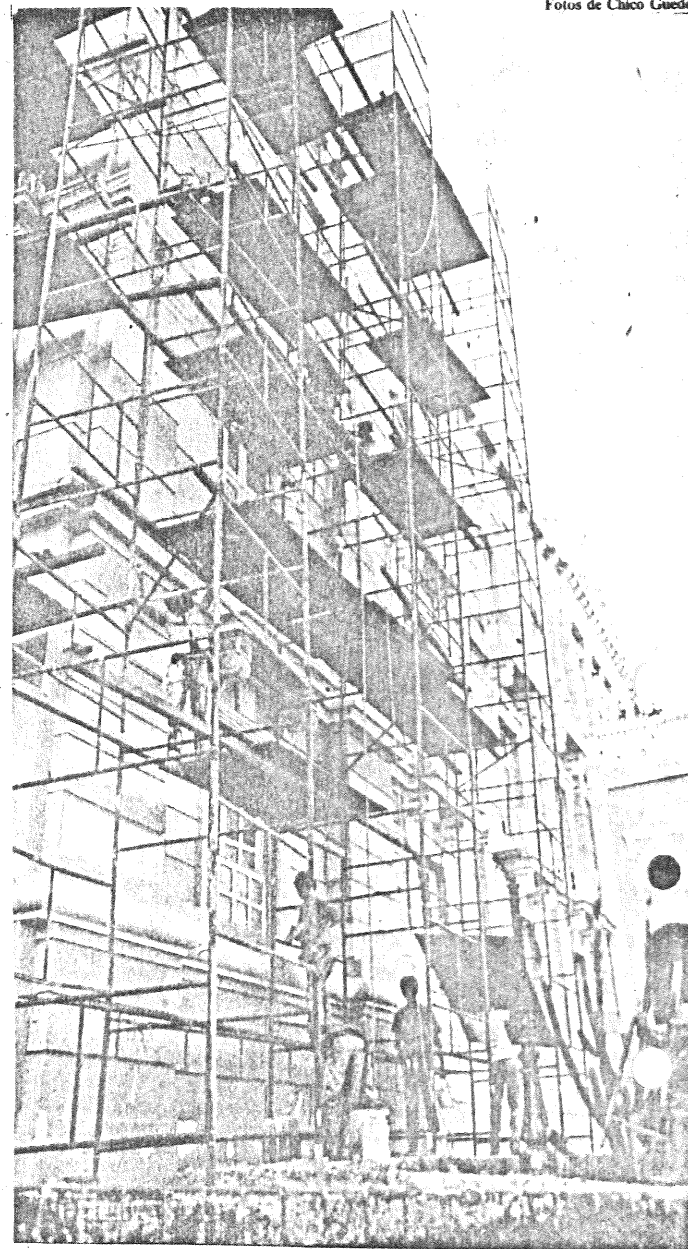
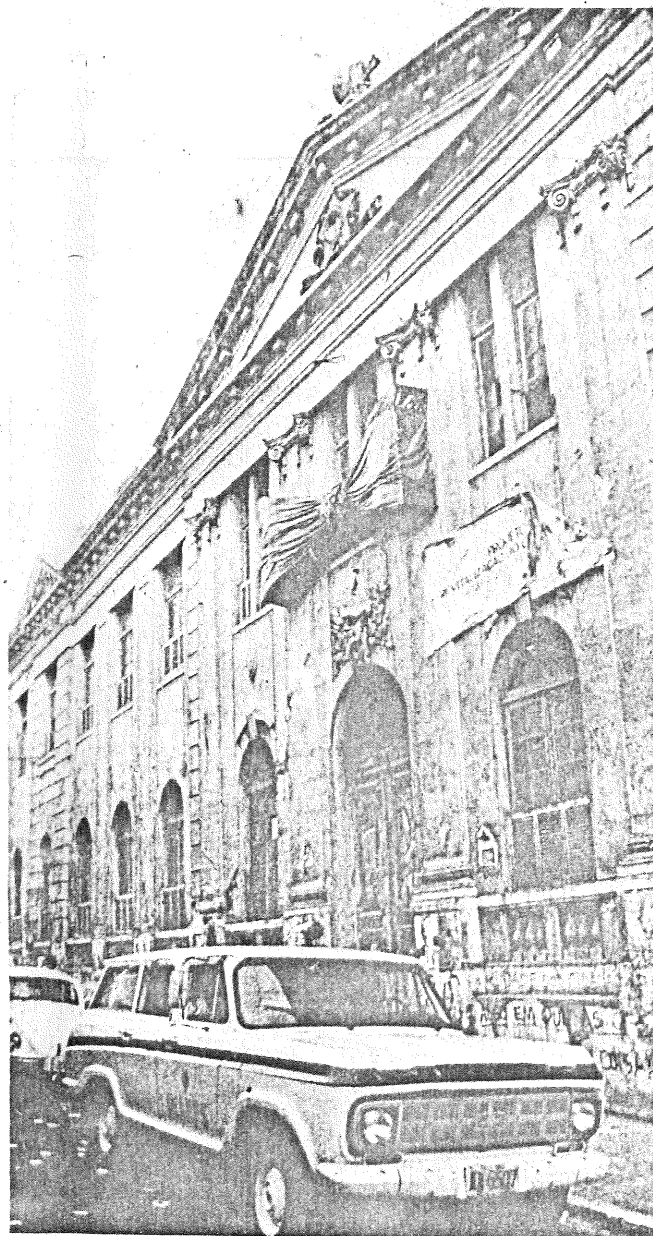
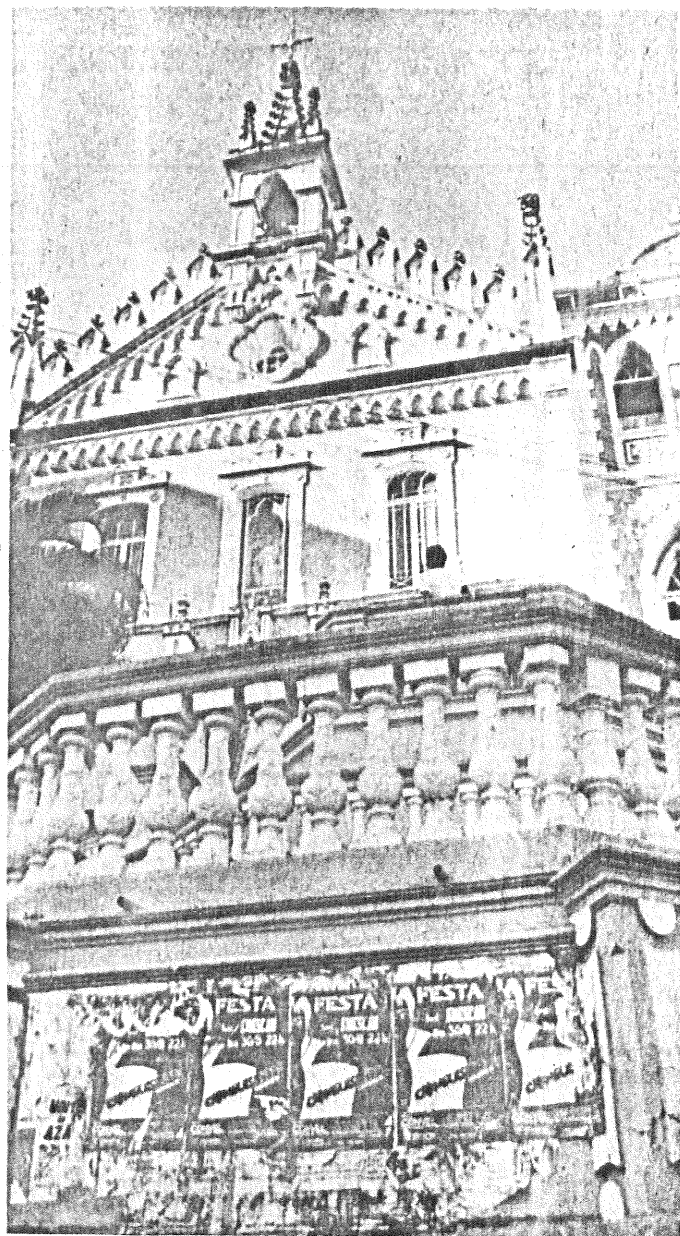
# Patrimônio público foi abandonado até pelo diretor

AJ 11.378

Cláudia Feliz

Fotos de Chico Guedes

Os bens imóveis tombados pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) no Espírito Santo estão em estado precário. À exceção do museu Solar Monjardim, em Jucutuquara, mantido pela Ufes, o próprio representante da secretaria no Estado, Pedro Fundão, garante: "está tudo muito ruim". Fundão não dá entrevistas e, oficialmente, comunicou seu desligamento da representação desde o dia 19 de julho deste ano. Mais um golpe para o já tão sofrido patrimônio histórico capixaba, cuja situação de quase abandono é sentida pelo próprio diretor da Sphan, Glauco Campello, que garante já estar agilizando a nomeação de um representante fixo para o Estado, assessorado por uma equipe técnica responsável pela manutenção dos bens, algo hoje inexistente. Em nível estadual a situação, embora um pouco melhor — o palácio Anchieta e a ponte Florentino Avidos, pelo menos, vêm sendo recuperados — também registra fatos nada alentadores. As ruínas do antigo palácio Nestor Gomes, na ladeira Santa Clara, por exemplo, podem ter seu tombamento cancelado, tamanho é o processo de destruição e abandono ali identificado.



Nos prédios antigos do centro — alguns abandonados à própria sorte, outros sendo aos poucos reformados — a história da cidade está presente

## Apenas um imóvel é bem conservado

Dos 11 bens imóveis tombados pelo patrimônio histórico nacional no Estado, só um, o museu Solar Monjardim, em Jucutuquara, está em bom estado de conservação. Os demais, necessitam de reparos urgentes, a exemplo do que, depois de longos anos de espera, deve acontecer com a igreja dos Reis Magos, uma construção de mais de 400 anos, localizada em Nova Almeida, na Serra, que vem desmoronando aos poucos.

Os problemas envolvendo o patrimônio são muitos, a começar pela representação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) no Estado. Indicado pela reitoria da Ufes, em 1983, para assumir o cargo — através de convênio firmado entre os dois órgãos — o professor de Arquitetura Pedro Lozer Fundão hoje não quer nem mesmo tecer comentários acerca do assunto.

Compulsivo





(Sphan) no Estado. Indicado pela Prefeitura de Ufes, em 1983, para assumir o cargo — através de convênio firmado entre os dois órgãos — o professor de Arquitetura Pedro Lozer Fundão hoje não quer nem mesmo tecer comentários acerca do assunto.

### Compulsivo

Falando de forma compulsiva num contato telefônico no qual se negou a conceder uma entrevista, Fundão assegurou que solicitou seu afastamento da representação há cinco meses — embora o chefe do Departamento de Arquitetura, André Abê, garanta que, oficialmente, tal fato só se deu no dia 19 de julho — frisando que, em todo o tempo no qual permaneceu na função, nunca recebeu um só tostão de recursos para aplicar na conservação dos bens tombados no Estado. Segundo ele, a situação “é precaríssima” e só mesmo o Solar Monjardim, com uma programação de uso regular, mantido pela própria universidade, apresenta condições satisfatórias.

A diretora do Centro de Artes da Ufes, Maria Helena Lindenberg explica, por sua vez, que há duas semanas procurou a Sphan e conversou sobre a precariedade da representação, sustentada atualmente pelo centro. “Os bens”, segundo ela, “estão esquecidos”, frisando que há anos vem solicitando recursos para aplicar na recuperação do altar e do teto da Capela Santa Luzia, na Cidade Alta, vítima de muitas goteiras.

Toda a verba do governo, no ano passado, segundo ela, foi dirigida ao Museu Mello Leitão, e dos Cr\$ 600 milhões solicitados para a recuperação da Igreja dos Reis Magos, só Cr\$ 100 mil foram encaminhados pela Sphan/Pró-Memória, mesmo assim, com uma rubrica que a Ufes considerou errada — era destinada para construção e não conservação e, se assim a aceitasse, o reitor Abi-Zaid explica que a universidade passaria a responder pela propriedade do imóvel.

Com Pedro Fundão não mais assumindo a representação, e com o departamento de Arquitetura com poucos e sobrecarregados professores, surgiu a proposta de indicação do professor Celso Perota, do departamento de Ciências Sociais, no início de junho, aliado à criação de uma equipe multidisciplinar que atuaria num escritório “de verdade”, com fiscalização de obras, acompanhamento e elaboração de projetos. Mas sob a alegação de que o convênio com a Sphan determina que a representação seja ocupada por um arquiteto, Perota não foi aceito.

### Problema

O diretor da 6ª região da Sphan, que con-

## Aqui, a relação de bens tombados

Tanto em Vitória como no interior, o Sphan e o CEC tombaram bens. Abaixo, a relação desses imóveis.

Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, Igreja São Gonçalo, Capela Santa Luzia, duas residências na rua Marcelino Duarte (Vitória), Convento da Penha, Igreja Nossa Senhora do Rosário (Vila Velha), Igreja Nossa Senhora D'Ajuda (Araçatiba), Igreja Nossa Senhora da Conceição (Guarapari), Igreja Nossa Senhora da Assunção (Anchieta). Todos da Sphan.

O primeiro tombamento, em nível estadual, se deu há dez anos, atingindo o casario do antigo porto de São Mateus. Além disso o CEC já tombou: Palácio Anchieta e bens móveis, palácio Domingos Martins, Arquivo Público, escola Maria Ortiz, teatro Carlos Gomes, prédio da antiga Secretaria da Administração, Mercado da Capixaba, antiga Fafi, ruínas do palácio Nestor Gomes, catedral metropolitana de Vitória, antigo convento do Carmo, frontispício do convento de São Francisco, capela Nossa Senhora das Ne-



Há infiltração no convento São Francisco

grega os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Glauco Campello, não nega que a situação da representação no Espírito Santo tem sido um problema para o órgão. Segundo ele, um representante fixo, da própria secretaria, será indicado e assumirá o posto “em breve”, embora seja mantido o convênio com a Ufes. “A situação é preocupante, e está sendo alvo de nossa atenção”, assegurou.

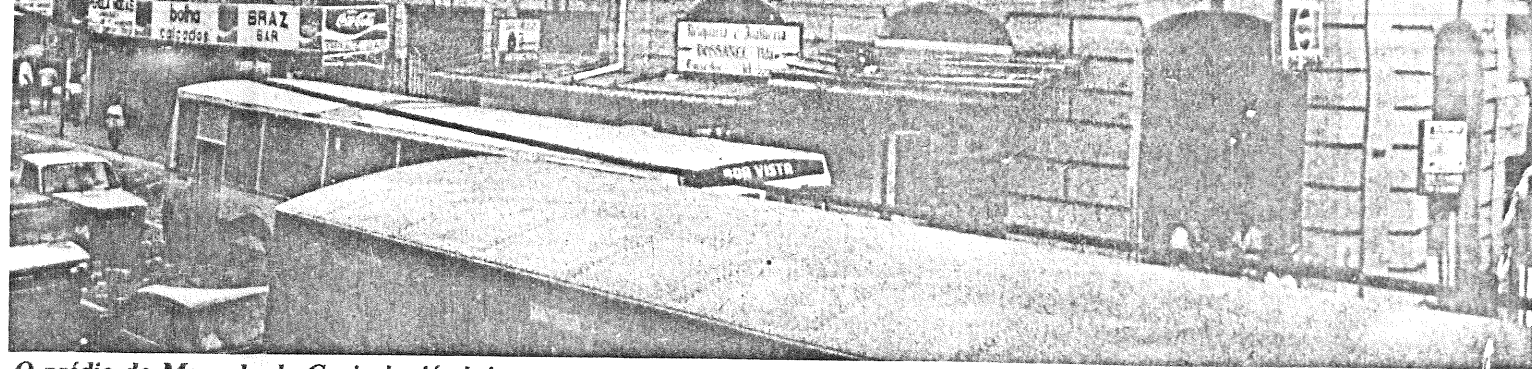
Em relação à igreja dos Reis Magos, cuja estrutura física está seriamente ameaçada, a Ufes recebeu da Sphan — Pró-Memória, nos últimos dias, recursos da ordem de Cz\$ 408 mil para serem aplicados na recuperação do imóvel. O reitor Abi-Zaid é o primeiro a admitir que o dinheiro é insuficiente para a realização total da obra e, por isso, garante que encontram-se em curso negociações com a Prefeitura da Serra no sentido de que, através de convênio, o órgão municipal complemente com o valor necessário.

Na opinião do conselheiro do CEC, Fernando Achiamé, o grande problema dos bens tombados está também relacionado ao uso adequado. É através dele que a manutenção dos imóveis se dá com mais facilidade, garante. O Conselho também se prepara para elaborar um inventário de proteção ao acervo cultural do Estado — através da execução de plantas, registros históricos, etc — a ser divulgado nas escolas e também com aplicação no turismo. Achiamé, em relação aos bens da Sphan, assegura que o bem em pior estado de conservação é à igreja dos Reis Magos, por se manter praticamente fechada. Campello, por sua vez, também se preocupa com o uso e, em relação a igreja, afirma que será necessário montar um programa do qual a comunidade realmente tome parte.

ves, capela São João Batista, igreja matriz de Viana, casa do pintor Homero Massena, ponte Florentino Avidos, residência do número 43 da rua Muniz Freire, Igreja do Rosário, todos na Grande Vitória.

E ainda, no interior: estação ferroviária de Matilde, casa da família Agostini, em Fundão, residência da família Lambert, em Santa Teresa, capela Nossa Senhora da Conceição, no mesmo município, igreja Nossa Senhora dos Passos e grupo escolar Bernardino Monteiro, em Cachoeiro do Itapemirim, sede da fazenda do Centro, em Castelo, Casa da Cultura de Domingos Martins e 38 edificações em Santa Leopoldina.

Em relação aos bens naturais estão tombados a ilha do Gambá (Piúma), mone Aghá (Piúma), pedra do Elefante (Nova Venécia), gruta do Limoeiro (Castelo), Dunas de Itaúnas e O Frade e a Freira. Além dos bens móveis do palácio Anchieta o conselho tombou também o painel pintado por Bule Marx, no prédio da Secretaria da Fazenda, em Vitória.



O prédio do Mercado da Capixaba já abrigou um pouco de tudo: de estacionamento a lojas de artesanato e bares

## Tombamento de palácio pode ser cancelado

Uma nova vistoria poderá ser feita pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) nas ruínas do Palácio Nestor Gomes, na ladeira Santa Clara, centro de Vitória, para constatar se o estado de deterioração do bem, tombado pelo órgão, justifica o cancelamento do tombamento. Aliado a esse fato, segundo um dos conselheiros do órgão, Fernando Achiamé, o outro fator preponderante na decisão será a constatação de inexistência de projeto de uso do local.

Em 84, segundo ele, houve promessa de instalação de um bar e uma escola de arte. Nada disso aconteceu, e hoje quem subir a íngreme ladeira vai constatar que resta do palácio muito pouco a ser preservado. O que existe ali, em abundância, é lixo, mato e um aspecto de abandono que em nada agrada aos moradores da região.

### Preservação?

O antigo palácio é prova de que bens não-conservados correm o sério risco de sucumbir, levando consigo a memória de uma cidade. Lixo, muito mato, infiltrações e sujeira são, por outro lado, elementos que “adornam” diversos bens imóveis tombados na capital. Mas os exemplos mais clássicos de abandono são representados pelos prédios da antiga Faculdade de Filosofia (Fafi) e do Mercado da Capixaba, ambos localizados ao longo da avenida Jerônimo Monteiro. Enquanto a Ufes e o governo não fecham um acordo em relação à comercialização do prédio da Fafi, a cidade perde um espaço nobre e a ação do tempo cuida de acelerar o processo de deterioração do imóvel.

O Conselho Estadual de Cultura (CEC), que junto com a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) tombou uma série de bens imóveis e naturais em todo o Estado, está consciente do problema e, por isso mesmo, na última semana criou um serviço de fiscalização dos bens tombados, no qual atuarão uma arquiteta, dois estagiários de Arquitetura e todos os conselheiros.

Só a partir da execução desse trabalho é que se saberá qual a real situação dos bens tombados pelo CEC, já que, atualmente, não existe, de parte do Estado, qualquer estudo ou levantamento neste sentido. De concreto, em termos de fiscalização, o que funciona mesmo, segundo Achiamé, são os avisos das comunidades. “A gente, enquanto conselheiros, também observa os imóveis, como todo mundo, e percebe se algo de errado acontece”, diz ele.

Na sua opinião, o poder público, proprietário de oito bens na capital, deve dar o exemplo. A reforma do Palácio Anchieta, em execução depois de 13 anos consecutivos, e que deverá estar concluída em outubro; é um deles. Mas em relação ao antigo prédio da Secretaria de Administração — hoje uma coordenação da Secretaria da Fazenda, no cruzamento da avenida Jerôni-

mo Monteiro com a rua Barão de Itapemirim, isso não acontece e percebe-se um aspecto nada agradável no prédio.

Achiamé e o também membro do CEC, Fernando Betarello, asseguram que, no ano passado, ofícios foram encaminhados à Sefa nos quais se reivindicava a reforma da fachada do prédio, que hoje mantém um aspecto de abandono: pintura velha, paredes sujas e pichadas com cartazes de propaganda de candidatos às eleições de novembro é o que, a primeira vista, pode ser automaticamente identificado no local.

O convento de São Francisco e a capela Nossa Senhora das Neves, na Cidade Alta, também exigem cuidados. Na parte externa, o mato crescido tira um pouco da beleza da construção, hoje abrigando as freiras carmelitas. O teto do interior do convento também apresenta rachaduras, enquanto o forro da varanda de entrada, apodrecido, tem marcas de umidade e vazamentos.

No convento do Carmo, também com sua fachada tombada pelo CEC, o lixo, o mato e montes de entulho na parte externa dão mostras da pouca atenção que a Igreja vem dedicando ao local — embora o prédio não registre sinais de desgaste muito grande. Mas o que adianta preservar fachadas se as áreas que cercam os prédios tombados não receberem conservação?

### Estratégia

Os conselheiros do CEC garantem que a cobrança de ações dos proprietários dos bens para mantê-los conservados é feita pelo órgão sistematicamente, através de ofícios. Mas admitem que, sem uma fiscalização regular, feita por uma equipe especializada, o acompanhamento do assunto torna-se quase impossível.

Na opinião do presidente do Instituto dos Arquitetos do Espírito Santo (IAB-ES), Alexandre Feu Rosa, em muitos casos, a não-conservação dos bens tombados trata-se de uma estratégia dos governantes. “Vivemos num país, numa cidade vítimas do crescimento desordenado, onde o solo urbano é mercadoria de troca, sem uso social. O tombamento de um imóvel significa a impossibilidade de venda do solo, e quem não o deseja, resiste a ele de todas as formas”, argumenta.

Feu Rosa lembra que a preservação dos bens é a conservação da história, “o registro da memória das relações sociais”, frisando que, hoje, o que se tem são cidades ‘apressadas’, crescendo em ritmo acelerado e correndo o risco de se tornarem iguais. “Quando não se respeita a história”, diz ele, “torna-se tudo igual. Veja a avenida Jerônimo Monteiro com seus prédios cobertos por placas metálicas, que lhes encobrem as fachadas antigas”.

E é justamente num dos trechos desta avenida que estão localizadas as maiores preocupações do CEC atualmente: os prédios da Fafi e do Mercado da Capixaba. O primeiro se mantém fe-

chado há dez anos e pertence à Ufes. O uso do imóvel como espaço para atividades artístico-culturais vem sendo reivindicado amplamente, mas as negociações de comercialização do imóvel, entre a Ufes e o governo do Estado, parecem se desenvolver a passos lentos.

O reitor da Universidade, José Antônio Abi-Zaid, assegura que continua aguardando uma resposta do atual governador, José Moraes, algo que, segundo ele, deve ser conhecido em dez dias. Abi-Zaid tem conhecimento de que o tempo está extrapolando, e que sua ação sobre o imóvel é acelerada. Imponente, o prédio está sujo e abandonado, simbolizando o descaso do poder público para com a história de sua cidade. Uma estratégia, na opinião do presidente do IAB-ES, negada pelo reitor, que quer transformar o prédio em dinheiro, para investí-lo no campus.

### Cobranças semanais

Poucos passos adiante e já se encontra outro prédio tombado pelo CEC em estado precário de conservação. É o antigo Mercado da Capixaba, que abriga atualmente um significativo número de lojas e cuja manutenção — pintura basicamente, vem sendo feita por iniciativa dos próprios comerciantes. Mas o imóvel é de responsabilidade da Emcat, que prometeu, recentemente, em reunião do conselho, atualizar seu orçamento no Departamento de Edificações e Obras (DEO) para executar reformas no local.

Fernando Achiamé garante que as promessas da empresa têm se avolumado nos últimos anos, e que nada se efetiva. Enquanto isso, o segundo andar do antigo mercado — que abriga a Junta do Serviço Militar, registra sérios sinais de desgaste: goteiras incontáveis, escadas com degraus quebrados, lâmpadas queimadas é o que, em princípio, pode ser identificado. E enquanto no térreo as cores das paredes são bege e marrom, o segundo andar mantém a pintura em cor cinza.

Em relação à Fafi, o CEC, que registra neste ano os dez anos do primeiro tombamento em nível estadual, que atingiu os casarios do antigo Porto de São Mateus — na última semana, oficiou ao governador José Moraes, através da Secretaria da Educação, solicitando informações sobre a transação comercial com a Ufes. Com o Mercado da Capixaba a estratégia de cobrança passa a ser, agora, semanal, com ofícios encaminhados à Emcat.

O CEC já tombou muitas edificações no Estado, além de bens naturais e artísticos — a exemplo do painel de Bule Marx, restaurado no ano passado e hoje, novamente em infiltrações, “escondido” no saguão de entrada do edifício das repartições públicas. (a iluminação é inadequada e o ambiente em nada estimula a visita do público, motivos pelos quais o CEC promete cobrar providências da Secretaria da Fazenda, responsável pelo bem).